

DO APRISIONAMENTO À LIBERDADE: REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS QUE SUBVERTEM PAISAGENS DE ÓDIO EM CORPOS LGBTQIA+

From Imprisonment to Freedom: Linguistics Representations that Subvert Scenarios of Hatred In Lgbtqia+ Bodies

DOI: 10.14393/LL63-v38-2022-16

Pedro Henrique Andrade de Faria*

RESUMO: Este artigo tem como temática central a discussão a respeito da reunião de corpos em assembleia como forma de reivindicação de direitos coletivos e de direito à existência. Nosso foco recai em como padrões linguísticos e normatizadores de corpos excluem possibilidades corporais e de língua que produzem compreensão da sexualidade, gênero, sexo e práticas sexuais. Assim, temos como objetivo compreender de que forma *performances* artísticas do grupo Não Recomendadxs rompem com os padrões estruturais e linguísticos de constituição das identidades de gênero. As interpretações qualitativas construídas ao longo deste artigo amparam-se nos estudos a respeito de ideologias linguísticas, performatividade linguística e de gênero. Como resultado, compreendemos que a reunião de corpos em assembleia permite a reivindicação de direitos e a contestação de padrões linguísticos e de representação dos corpos, não só afirmando suas existências, mas subvertendo o discurso de ódio, transformando-o em resistência e mostrando, assim, a fragilidade dos padrões.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologias linguísticas. Performatividade linguística. Discurso contra hegemônico. Padrões de gênero. Corpos em assembleia.

ABSTRACT: The central theme of this article is a discussion of the meeting of bodies in assembly as a way of claiming collective rights and the right to existence. It focuses on how linguistic patterns and body norms exclude body and language possibilities that produce understanding of sexuality, gender, sex and sexual practices. The aim is to understand how artistic performances of the Brazilian group Não Recomendadxs break with the structural and linguistic standards of gender identities. The qualitative interpretations constructed throughout this article are based on studies on linguistic ideologies, and linguistic and gender performance. The findings show that meeting bodies in assembly allows the claim of rights and contestation of linguistic patterns and body representations, not only by affirming their existences but also by subverting any form of hate speech through the display of the fragility of standards.

KEYWORDS: Linguistic ideologies. Linguistic performance. Discourse against hegemonic. Gender patterns. Bodies in assembly.

* Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). ORCID: 0000-0002-1017-9003. E-mail: phandradefaria(AT)gmail.com.

1 É roupa de menino ou menina?

A discussão que me proponho a fazer neste estudo parte do desejo de problematizar questões que tenho experienciado ao longo de minha vida. Desde sempre tenho me identificado na contramão daquilo que se entende por padronização de gênero, sexo, prática e desejo sexual. Assim, o que se verá aqui é uma leitura sensível de fenômenos de exclusão motivados por padronizações linguísticas e corporais do que se entende por sexualidade, gênero, sexo e práticas sexuais.

Nos últimos anos, temos visto um crescimento, não só no Brasil, mas em vários outros países, das manifestações ideológicas conservadoras. Manifestações antagonistas às ideologias ditas progressistas. Não que tais ideologias conservadoras tenham deixado de existir, mas, como aponta Boaventura de Sousa Santos (2013), os direitos e o respeito aos grupos considerados minorias sociais foram, ao longo dos anos, conseguindo vagarosamente entrar na agenda dos Estados. Entretanto, parece que o exaustivo esforço dos grupos minoritários para o direito a existência parece ainda não ter surtido o efeito esperado de reconhecimento e, principalmente, de respeito àqueles que não se enquadram nos padrões dos grupos dominantes. Por isso, como aponta Butler (2018), há uma urgente necessidade de que tais grupos se empenhem em manifestações públicas para legitimarem sua existência.

A respeito dessas manifestações públicas, destaco uma que utiliza a arte como forma de reivindicação. Era 2017, quando um grupo de artistas performou a canção *não recomendadxs*¹ para o projeto Sofar Sounds. A apresentação, feita para uma pequena plateia, manifestava, além da arte, o desejo de parte da sociedade da inclusão *queer*. A *performance* delxs pode ser considerada uma ode à liberdade dos gêneros por propor a liberdade de ser. O grupo Não Recomendadxs, que recebe o mesmo nome da canção em análise, é composto pelo trio Caio Prado, Diego Moraes e Daniel Chaudon, que mantém carreira solo paralela ou grupo. Elxs lançaram a canção em seu primeiro álbum em 2014. Em 2018 o grupo lança o videoclipe oficial² da canção que também será utilizado para ampliar a discussão proposta nesse estudo. A canção *não recomendadxs*, composta por Caio Prado, receberá atenção especial, pois

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=azPfUQkLgNM>. Acesso em: 22 mar. 2021.

² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GsaR0TQNu_w. Acesso em: 22 mar. 2021.

apresenta-se como material discursivo que busca romper com os padrões linguísticos e sociais de construção dos gêneros.

Assim, tenho como objetivo deste estudo compreender de que forma duas *performances* artísticas do grupo Não Recomendadxs rompem com os padrões estruturais e linguísticos de constituição das identidades de gênero. Para isso compararei, por meio de uma visão qualitativa, a letra da canção e a forma como os corpos performam nas duas apresentações elencadas para análise. A questão central aqui é entender de que modo corpos e identidades silenciadas ao longo dos anos conseguem utilizar o discurso de ódio para reivindicarem suas liberdades.

Utilizo como substância para sustentar as análises os conceitos de ideologias linguísticas, (BLOMMAERT, 2014; IRVINE; GAL, 2000; KROSKRITY, 2004; LOPES *et al.*, 2018; WOOLARD, 2012) e performatividade linguística e de gênero (BORBA, 2014; BORBA; LOPES, 2018; LOPES; FABRÍCIO, 2018; PINTO, 2018; 2011; 2007; BUTLER, 2017; 2018). Ao longo desse estudo, não tenho como desejo apresentar definições e padrões conceituais sobre a relação entre o corpo *queer* e a língua, mas simplesmente construir uma narrativa que seja sensível às possibilidades de existências múltiplas do ser.

2 É pra chamar de ele ou ela?

Sei lá!

O uso que fazemos das línguas é atravessado por questões construídas dentro de tradições sociais e culturais que corroboram para a construção do que entendemos por ideologias linguísticas (WOOLARD, 2012). Ideologias que se configuraram de diferentes formas dentro de diferentes projetos e que interferem na constituição dos sujeitos, das sociedades, culturas e das línguas. Não são, as ideologias, anteriores ou posteriores à língua; na verdade, elas fazem parte do corpo constitutivo do que seja língua e formam e são formadas em um processo simultâneo e constante. Longe de estabelecer uma definição ortodoxa daquilo que sejam ideologias linguísticas, faço minha incursão inicial nesse estudo entendendo que ideologias linguísticas dizem respeito às interpretações e crenças que fazemos das línguas e da comunicação, sendo estes entendimentos responsáveis, também, pela constituição dos

sujeitos e seus respectivos grupos em um conjunto onipresente de entendimentos diversos (BLOMMAERT, 2006; KROSKRITY, 2004; WOOLARD, 2012).

Cameron (2014) destaca que um ponto importante das ideologias linguísticas é que, além de influenciarem a respeito do que entendemos das línguas, elas também atuam na formação das identidades e conseqüentemente na constituição dos gêneros. Para a autora, as representações que fazemos da língua e através da língua raramente dizem respeito somente a ela. Com isso, a autora destaca, por exemplo, que comportamentos linguísticos específicos que demarcam usos masculinos e femininos representam, também, a percepção dos sujeitos e das sociedades sobre o binarismo dos gêneros e corroboram para a construção deles. O argumento construído pela autora entende que a constituição da identidade diz respeito também à performatividade, que opera por meio de atos de fala que afirmam quem somos antes mesmo de sermos (PINTO, 2007). As ideologias linguísticas percorrem saberes que vão muito além daqueles específicos da linguagem, alargando seu campo de atuação para questões relativas à constituição do sujeito, como apontam Irvine e Gal (2000).

As autoras Irvine e Gal (2000) entendem que a conexão existente entre ideologias linguísticas, usos e gêneros, impulsiona as línguas a contribuírem para a naturalização do binarismo de gênero. Isso colabora, por exemplo, para a atribuição de palavras que dizem respeito ao campo semântico dos sentimentos e do próprio sentir somente para a mulher, como aponta o estudo de Kulick (2012). Tal conexão performativa entre categorias sociais e linguísticas impulsiona, especialmente no Brasil, a hierarquização dos grupos, o que torna a atribuição de modos de falar para grupos específicos, em que marcadores de diferença são construídos contextualmente como uma forma de segregação terrivelmente naturalizada (PINTO, 2018). Nessa hierarquia, como aponta Anzaldúa (2009), a língua posiciona o discurso masculino como superior ao feminino.

O agenciamento feito pelas línguas na constituição da identidade e dos gêneros não está, contudo, isento da necessidade de identificação que a normatização não abrange. Assim, como aponta Glória Anzaldúa (2009), novas possibilidades surgiram e surgirão como forma de resistência ao ataque dos usos linguísticos dominantes. Nesse caminhar, é preciso, como aponta Beal (2008), a tomada da língua do opressor para ir de encontro às práticas linguísticas formadas por ele. Tais disjunções possibilitam que as pessoas percebam que

alternativas podem existir, iniciando uma cadeia de significados inovadores que confrontam língua e usos para que novos sentidos, cada vez mais representativos e geopoliticamente localizados, sejam forjados (LOPES; FABRÍCIO, 2018).

Assim, entendo a composição da letra da música *não recomendadxs*, interpretada pelo trio de artistas que leva o mesmo nome, como uma forma criativa e reflexiva de romper com normas e padrões linguísticos e identitários estabelecidos socialmente. A canção aqui é observada a partir de duas apresentações do grupo: 1º, feita para o projeto Sofar Sounds em 2017. Projeto que tem como principal objetivo viabilizar apresentações musicais de grupos independentes com propostas inovadoras e que estejam dispostas a contribuir para a mudança na forma de consumir música; 2º, videoclipe oficial da música publicado no canal do grupo em 2018. Leiamos a letra da canção composta por Caio Prado:

Uma foto, uma foto
Estampada numa grande avenida
Uma foto, uma foto
Publicada no jornal pela manhã
Uma foto, uma foto
Na denúncia de perigo na televisão
A placa de censura no meu rosto diz:
Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz:
Não recomendado à sociedade
Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado!
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!
[...]
Não olhe nos seus olhos
Não creia no seu coração
Não beba do seu copo
Não tenha compaixão
Diga não à aberração

A canção, em seu início, coloca o corpo que foge da matriz heterossexual em evidência social ao torna-lo notícia de jornal: “uma foto, publicada no jornal pela manhã”. A canção destaca as indexicalidades carregadas pelos corpos tarjados, “placa de censura no meu rosto”, como “não recomendado à sociedade”, destacando enunciados que atuam sobre a constituição dos corpos não apenas descrevendo-os, mas performando sobre eles. Nesse caminho, a linguagem faz a realidade e determina os corpos por meio da performatividade. De

acordo com Borba (2014, p. 462), tal conformidade dos corpos é acompanhada por um número de enunciados que “visam conformar o corpo às normas de coerência entre sexo, gênero e desejo”.

Os enunciados que acompanham a normatização colocam-se, contudo, em uma situação de falsa escolha ou permissividade. Ao entoarem “a tarja de conforto no meu corpo diz”, manifestam a falsa ideia de que algo além daquilo que pertence à matriz heterossexual pode ser aceitável. Algo que seja confortável ou velado, nada explícito, que permita a autenticidade do ser. São atos de fala popularmente ditos em “apesar de ser gay é...”, “é lésbica, mas é minha amiga...”, “gay é tão inteligente...”, “você é homem, nem parece ser gay” e por aí vai.

É como se pequenas concessões fossem feitas para trazer a ideia da não naturalização dos gêneros. Mas o que se vê é a exclusão discursiva e, em consequência, social daqueles que não se adequam ao ele ou ela. Prova disso é a não legitimação ou a procrastinação de direitos coletivos, como a criminalização da homofobia no Brasil. Segundo Santos (2013), direitos coletivos são constantemente negados às mulheres, índios, e a comunidade LGBTQIA+, justamente para negar o reconhecimento dos grupos e as possibilidades de autodeterminação. Assim, segundo o autor, os grupos acabam sendo determinados pelos outros em uma dinâmica colonialista.

Segundo Butler (2018, p. 70), as estratégias discursivas de determinação de gênero, feitas pelo outro antes de sermos capazes de agir, coloca a performatividade como “atribuição de gênero”. Para a autora, tal atribuição diz respeito a:

todas as formas em que somos, por assim dizer, chamados por um nome e generificados antes de entendermos qualquer coisa sobre como as normas de gênero agem sobre nós e nos moldam e antes de termos a capacidade de reproduzir essas normas de maneira que possamos escolher. A escolha, na verdade, chega tarde nesse processo performativo. (p. 70)

Inspirado em Irvine e Gal (2000), entendo que tais categorias linguísticas de diferença colaboram para a construção de processos sociais hierárquicos. Isso quer dizer que as diferenciações linguísticas não contribuem somente para a diferenciação de si, mas também para estabelecer diferenças sociais. Assim, a utilização de marcadores de gênero explora a

condição de submissão do ser à matriz heterossexual. Em contrapartida, tal uso faz sentido, enquanto resistência, quando percebemos que usos linguísticos permitem descrever não somente o que somos, mas também as nossas interações (MIGNOLO, 2003), colocando, assim, a língua como um terreno natural de conflitos.

A canção tem como característica marcante a reprodução do discurso de ódio dominante e normatizador da cultura heterossexual direcionado ao grupo social LGBTQIA+. O discurso que marca a exclusão e o aprisionamento dos corpos é reapropriado de modo a romper com a lógica binária dos gêneros.

Perverso, mal-amado, menino malvado, muito cuidado!
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!

As palavras que direcionam ódio são elencadas de modo a enfatizar a exclusão. O uso, que em nosso entendimento parece ter sido feito propositalmente, permite a tais palavras indexarem novas paisagens significativas, principalmente quando analisadas em conjunto com as *performances* dxs artistas. Tal composição permite a subversão de todos os tipos de padrões, visto que improvisam modelos de corpos que vão justamente de encontro àquilo que os discursos de ódio tentam excluir. Segundo Butler (2018, p. 71), a performatividade de gênero efetivada pelo discurso “não caracteriza apenas o que fazemos, mas como o discurso e o poder institucional nos afetam, nos restringindo e nos movendo em relação ao que passamos a chamar de nossa própria ação”. Assim, ao reconhecerem-se enquanto normatizados por discursos e se proporem a performarem contra, xs artistas problematizam questões naturalizadas, colocando-se em aparente vulnerabilidade para recriação do ser.

A não recomendação social é confrontada, para além do uso de vocábulos que expressam ódio, também pelo uso de adjetivos flexionados no masculino. Tais usos podem ser compreendidos como projetos locais que disputam o poder com categorias hegemônicas para produzirem diálogos de “resistência às coerções e violências linguísticas” (PINTO, 2011, p. 69). É natural, como aponta Butler (2017), a reprodução de construções normatizadoras heterossexuais em situações de contestação justamente para desnaturalizar as categorias de gênero.

Assim, o gênero mais forte, no caso o masculino, serve sempre de padronização para todos os corpos e, ao utilizá-lo para designar sujeitos que estão distantes dessa matriz, xs artistas confrontam a estabilidade linguística de pureza que muitas vezes falantes tendem a reforçar na língua. A respeito da padronização da língua, James Milroy (2011) diz que muitas das vezes há a tentativa de manter forte “coerência” na língua, o que na verdade não existe. As categorias universais, que muitas vezes usuários e os próprios linguistas tentam estabelecer, são, em grande parte, forjadas com o objetivo de manter uma hegemonia social. Para Milroy (2011, p. 65) “as ‘línguas’ são entidades muito mais fluidas e instáveis do que os linguistas parecem ter acreditado, e não são sempre reificadas por seus falantes”. O grupo, portanto, estabelece esse distanciamento e colabora para a problematização da normatização das identidades de gênero feita pelas línguas ao utilizarem os marcadores de masculino dessa forma.

Em seus últimos versos, a canção apresenta uma série de recomendações que são feitas aos que não se identificam com os padrões de gênero e aos que com eles convivem. São marcações de gênero estabelecidas pela língua, as quais, muitas vezes, tentam expurgar ou menosprezar qualquer tipo de sentimento homoafetivo ou de não identificação com o binarismo de gênero, são situações discursivas violentas de exclusão. São coisas do tipo “o que você está sentindo não está certo”, “pense um pouco melhor, você deve estar confuso”, “se continuar sentindo isso vai fazer todo mundo sofrer”, “deve ser só uma fase”. Segue a estrofe da canção:

Não olhe nos seus olhos
Não creia no seu coração
Não beba do seu copo
Não tenha compaixão
Diga não à aberração

Tal trecho reforça a precariedade a que são expostos aqueles que não se enquadram nos padrões de gênero. A reprodução das falas, comumente escutadas por pessoas *queer* durante toda a sua vida, reforça o jogo político que é estabelecido pelas línguas. Segundo Butler (2018), essa precarização dos corpos inferiorizados, em nosso caso “aberração”, contribui para a vulnerabilidade e a insegurança do grupo. Práticas de violência, que podem levar à morte,

passam a ser legitimadas. Tal violência, que vai de atos individuais até ações arbitrárias do Estado, subvertem a ordem de proteção à vida aos pertencentes a grupos excluídos socialmente e criminaliza aquele que é a vítima.

Segundo Santos (2013), a exclusão desses direitos coletivos da agenda das políticas de Estado contribui não só para a tensão entre direitos humanos e Estado, mas também para tensão entre aquilo que é humano, e merece proteção, e aquilo que não é humano e não merece proteção. Para o autor:

a luta contra a discriminação e a exclusão deixou de ser uma luta pela integração e pela assimilação na cultura dominante e nas instituições suas subsidiárias, para passar a ser uma luta pelo reconhecimento da diferença, pela conseqüente transformação da cultura e das instituições de modo a superar as diferenças (a respeitar) das hierarquias (e eliminar) que atavicamente lhe estavam referidas. (SANTOS, 2013, p. 79)

Os artistas colocam em evidência, também, a fragilidade do confortável lugar das comunidades de fala imaginadas, como aponta Mary Louise Pratt (2013), uma vez que reelaboram esses significados de modo a encenar uma realidade estável inventada. Por meio da transformação dos significados, a canção fragmenta os textos discriminatórios e se apropria deles de modo criativo e instável. Assim, como aponta Pratt (2013), as ideologias linguísticas dominantes, em nosso caso utilizadas para expressar a padronização do gênero, corroboram para a construção de uma alegada comunidade de fala que compartilha aspectos culturais universais.

Destaco que os discursos que constituem a canção e o seu uso são inteiramente opostos, justamente pela intencionalidade de produção e reprodução de cada um. Entendo assim por elas destacarem justamente a exclusão e propor a inclusão e o respeito aos corpos não padronizados. Isso me leva a entender que ideologias linguísticas diferentes são acionadas em situações diferentes que implicam em práticas discursivas e significados diferentes. Charles Briggs (2012) entende que ideologias podem transformar certos aspectos das práticas discursivas e minimizar a atuação de outros. Assim, compreendo que os significados que surgem da canção *não recomendaxs* colaboram para o entendimento que de as ideologias linguísticas fundam-se em situações ideológicas maiores que contribuem para que fluxos contrários de práticas linguísticas emergjam.

O uso de ideologias linguísticas, por meio de palavras e expressões hierarquicamente situadas em contextos culturais específicos, colabora, por sua vez, para a transformação de ideologias linguísticas que tentam ser universalizantes, escancarando, assim, conflitos sociais que culminam na desigualdade entre os grupos. As práticas linguísticas expressam, portanto, experiências que refletem o posicionamento social dos sujeitos. Desse modo, a canção nos mostra que o que merece destaque na sociedade é a exclusão daqueles que não se encaixam na matriz heterossexual. Ao confrontar estilizações específicas do ser levando em consideração as ideologias linguísticas, e nesse caso destacamos a língua e o uso que fazemos dela, o grupo destaca a artificialidade das identidades e padronizações (BORBA, 2014).

Assim, entendo que as ideologias linguísticas estão diretamente ligadas à constituição e conseqüentemente a identificação de gênero, que, por sua vez, está diretamente ligada à forma como os corpos se apresentam. Butler (2017) afirma que as formas como os corpos se apresentam, mesmo em situações de confronto, sempre partem de algo normatizador, daquilo que deveria ser. Entendo, portanto, ser importante para compreender melhor o campo de atuação das ideologias linguísticas, para além das práticas discursivas na constituição do ser, analisar de que modo os corpos dxs membros do grupo Não Recomendadxs se apresentam ao encenar a canção. A respeito disso, discutiremos no ponto seguinte deste estudo.

3 Um corpo é um corpo, mana!

Neste ponto do estudo, busco discutir como os corpos, que se apresentam enquanto gênero, performam de maneira a contrastar padrões hegemônicos e reificados de corpo. Entendo que os corpos, ao performarem, são utilizados de maneira política como forma de transformação por desafiar a lógica dominante e excludente dos gêneros (BORBA, 2014). Eles são utilizados e ressignificados como forma de resistência àquilo que os querem normatizar. Para Butler (2017), os corpos são discursivamente formados dentro de uma dinâmica de poder que busca censurá-los e controlá-los ao longo de suas histórias. Assim como Butler (2017, p. 70) entendo que “a univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista”.

Ao questionar a relação linear que existe entre gênero, corpo e sexo, vislumbro inquirir as regras históricas de caráter discursivo que impelem ao corpo-sexo um padrão homogêneo de caráter heteronormativo (BORBA, 2014). Ao fazer isso, caminho para o entendimento de que o uso que todos nós fazemos das línguas e os significados expressos por esses usos assumem caráter definidor e contrastivo de identidades (BLOMMAERT; VERSCHUEREN, 2012), uma vez que práticas linguísticas determinam regras universalizantes e unificadoras para nossos corpos. Dentro dessa matriz heterossexual, os corpos adquirem traços característicos do grupo ao qual somos historicamente determinados a pertencer.

O movimento estruturante linguístico determina ao corpo político, como aponta Butler (2018), uma unidade que ele nunca será capaz de atingir. Isso porque unidades provisórias sempre surgirão dentro e fora dos movimentos estruturantes. A identidade e o seu percurso regulador de divisão reducionista dos corpos em gêneros (masculino e feminino) produz em sua definição aquilo que não pode ser. Ao tentar normatizar e definir uma estrutura condicionante do ser, ela (a identidade) cria, ao mesmo tempo, possibilidades que confrontam e permitem a existência da norma (BUTLER, 2017, p. 252-253). Para a autora

como efeito de uma performatividade sutil e politicamente imposta, o gênero é um 'ato', por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do 'natural' que, em seu exagero, revelam seu status fundamentalmente fantasístico.

O status uniforme que chega a ser uma fantasia de gênero que Butler (2017) aponta em seu estudo sobre a questão do gênero é retomado, também, em seu estudo sobre corpos políticos e a atuação dos grupos na rua (BUTLER, 2018). A autora destaca que, ao definir aquilo que deve e não deve ser, a dimensão linguística na constituição dos corpos cria, além da estruturação individual, a estruturação dos grupos. A performatividade deixa de atuar apenas em ações individuais e passa a estabelecer formas plurais de ações e, assim, práticas sociais de resistência, em que performatividade linguística e a performatividade dos corpos se sobrepõem.

Aqui, encontro um ponto importante da discussão em que me empenho: a distinção e a não conformidade entre aquilo que é expresso pela língua e aquilo que é esperado como manifestação do corpo. Butler (2018) destaca que essa não conformidade surge da

precariedade e da necessidade dos corpos em manifestarem a sua existência e exigirem os seus direitos. Para a autora:

quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais) eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária. (BUTLER, 2018, p. 17)

Assim, quando um grupo de cantorxs utiliza do discurso de ódio que, com frequência, é proferido contra a comunidade LGBTQ+ de maneira contrária ao seu lócus de significação excludente, xs artistas se colocam em atitude de resistência e, mais que isso, de reivindicação da sua liberdade de ser e dos seus direitos enquanto membros de uma sociedade de direito. A performatividade do discurso e do corpo se sobrepõem na apresentação manifesto do grupo Não Recomendadxs como “objeto das muitas manifestações que tomam a condição precária como sua condição estimulante” (BUTLER, 2018, p. 15).

Corpos considerados masculinos, vestidos em roupas que remetem ao universo feminino que se apresentam livremente e artisticamente não são mais apenas uma representação artística. Elxs apresentam-se como corpos que lutam e que buscam ultrapassar as barreiras normatizadoras de gênero de maneira a representar não só a si, mas ao outro que se identifica com o transgressor. Aquilo que até então é visto pela sociedade geral como vergonhoso ou ridículo ganha não só status de arte, mas passa a existir como corpos de representatividade e de luta política. Xs membros do grupo Não Recomendadxs escancaram a artificialidade das identidades ao sobrepor aquilo que é determinado biologicamente e a estilização específica que utilizam para se apresentar (BORBA, 2014).

Uma leitura, mesmo que superficial, da apresentação do grupo feita em 2017 (Figura 1) deixa evidente o rompimento com os padrões do gênero e sua relação com o corpo. Xs artistas se apresentam com uma espécie de maiô ou colã de dança, elementos atribuídos ao vestuário feminino, mas desconstruídos, deixando à mostra o colo, que geralmente deve ser tampado, parte escondida nos corpos femininos. O hobby, a meia calça e o cinto, que estão presentes no vestuário dxs três artistas, também são atribuídos ao universo feminino. Toda a roupa, usada

de modo a colaborar para a desconstrução do padrão feminino, é contrastada pelo volume típico do órgão sexual masculino, símbolo de masculinidade. Acredito que tal escolha seja proposital, visto que a feminilização do corpo masculino exige o apagamento de sua genitália, o seu aquecimento. Assim, vestindo-se entre as possibilidades que vão além da dicotomia masculina e feminina, o grupo expõe a fragilidade e a superficialidade da definição dos corpos e gêneros por meio do binarismo.



Figura 1 – Captura da tela do vídeo “Não Recomendadxs - O Tempo Não Para / Não Recomendadxs” produzido para a Sofar – Rio de Janeiro

A respeito da impossibilidade de uma abordagem complexa, o binarismo leva aos que dele escapam a escancarar a incompletude de sua totalidade, colocando em evidência identidades que são esquecidas ou apagadas. Corpos se unem em assembleia a fim de expor as múltiplas divergências e convergências que desobedecem a completude normativa (BUTLER, 2017). Tais divergências podem ser percebidas também no videoclipe da música *não recomendadxs*, ao performarem por meio de corpos cobertos por tecidos sobrepostos, que aparentemente não apresentam forma nenhuma (Figura 2). À medida que os corpos se movimentam diferentes formas vão sendo tomadas. A inspiração veio da obra “Parangolés” do artista Hélio Oiticica, que buscava destacar em suas intervenções artísticas a não completude dos corpos e as suas múltiplas possibilidades.

A sequência vista na Figura 2, demonstra que xs artistas apresentam os corpos em descontinuidade, em rompimento consigo e em múltiplas possibilidades. Xs artistas reafirmam que as identidades de gênero vão sendo reconstruídas em um contínuo de transformações

longe das relações estanques entre corpo, sexo, gênero e desejo. Borba (2014, p. 467) afirma que “a teoria da performatividade de gênero sublinha, assim, que a identidade é composta por descontinuidades, fissuras, quebras e dessa maneira questiona um dos sistemas de reconhecimento que confere o status de humano a determinados indivíduos.”



Figura 2 – Captura de uma sequência de telas do vídeo “Não Recomendados – clipe oficial”

Contudo, mesmo rompendo com as estruturas rígidas de gêneros, os corpos não deixam de estar suscetíveis ao binarismo, isso porque é a partir dessa reificação que os corpos partem para a desconstrução. Butler (2018) escreve que a performatividade é objeto e condição para a realização de uma ação, como a que é descrita nesse estudo. Assim, na suscetibilidade e na normatização, algo *queer* emerge e a norma passa a ser revista ou recusada e novas possibilidades de gênero surgem. Ao performarem seus corpos, xs membros do grupo Não Recomendadxs não estão apenas caracterizando a si, mas mostrando também aquilo que não os representa. A autora destaca, portanto, que “os nomes pelos quais somos chamados” são tão importantes quanto “os nomes pelos quais nos chamamos” (BUTLER, 2018, p. 71).

Neste continuum de condicionamentos e possibilidades, as identidades, especificamente as de gênero, são entendidas como “construções exigidas pelos ritos convencionais que postulam o sujeito de maneira a garantir a possibilidade de ‘nós’ a partir da existência prévia do ‘eu’” (PINTO, 2007, p. 16). Xs artistas, ao performarem seus corpos, não estão simplesmente descrevendo a si, mas mostrando-se de modo a ressaltar identidades em alteridade constituídas a partir de algo que é preexistente a si (PINTO, 2007). A diferença, na perspectiva da identidade constituída por atos de fala, impulsiona comportamentos e marcações que as definem. Assim, as manifestações de gênero por meio dos corpos são

suscetíveis a instituições mais amplas, sendo elas, as instituições, sustentadoras da diferença tanto quanto da normatização (BUTLER, 2018).

O desejo de representatividade das diferenças parte da necessidade da existência. Existência essa que obriga corpos renegados a se juntarem e justamente na exclusão encontrarem sua unidade de luta por direitos e respeito. Contudo, como questiona Butler (2018): como podem vozes silenciadas manifestarem seu direito de existência? Nesse ponto, destaco, em concordância com a autora, a importância de manifestações públicas dos grupos para ressaltar não somente o desejo, mas a imprescindível necessidade de agir contra qualquer tipo de opressão (até aquelas que existem dentro dos próprios movimentos que tentam garantir liberdades). Para a autora:

lutar por modos de vida nos quais atos performativos lutem contra a condição precária, uma luta que busca descortinar um futuro no qual possamos viver novos modos sociais de existência, algumas vezes no limite crítico do reconhecível e outras no centro das atenções da mídia dominante – mas em qualquer um dos casos, ou no espectro entre eles, existe um agir coletivo sem um sujeito coletivo previamente estabelecido; em vez disso, o ‘nós’ é representado pela assembleia de corpos, plural, persistente, agente e reivindicadora de uma esfera pública pela qual foi abandonada”. (BUTLER, 2018, p. 66)

Tal representatividade plural pode ser observada no videoclipe da canção em análise. Nele, além dos corpos que assumem formas diferentes, encontramos vários outros que manifestam sua existência. São corpos de identificação múltiplas que se encontram ao final para festejar a pluralidade do ser. O fim do clipe mostra esses diversos corpos de modo festivo, contrastando ainda mais a diferença entre o discurso de ódio representado na letra da canção e a *performance* dos corpos. Destaco, portanto, que, ao encararem a disjunção entre o que a língua representa e o que performam, o grupo Não Recomendadxs se distancia da ideologia linguística em que a língua representa e descreve o contexto em que os falantes estão imersos (LOPES; FABRÍCIO, 2018).

4 Então, o que dá pra vestir?

Como exposto na introdução desse estudo, o meu objetivo não foi criar definições e padrões para o entendimento das manifestações públicas que reivindicam as liberdades de

gênero. Assim, a pergunta que abre os parágrafos finais deste estudo “o que dá pra vestir?” nada mais é que uma cutucada no desejo de normatização de parte da sociedade. Na verdade, a questão não é saber o que pode ou não pode ser vestido, mas entender que caminhos percorremos ao fazer tal questionamento e, mais ainda, ao que nos leva a querer vestir algo padronizado e ao outro a responder o que pode ou não pode ser vestido, levando-se em consideração a normatização do corpo em binarismo de gênero.

Assim, percebemos que as *performances* do grupo colaboram para evidenciar que ações em grupo questionam a legitimidade das dinâmicas de poder e contribuem para a luta por direitos de grupos considerados minorias sociais (BUTLER, 2018). Percebo, assim como proposto no estudo de Lopes e Fabrício (2018), que *performances* como a do grupo Não Recomendadxs contribuem para o deslocamento da ideia de referencialismo da língua. Ideia essa propagada por ideologias linguísticas dominantes que defendem que as línguas representam o seu contexto. Assim, o grupo significou de maneira singular e ao mesmo tempo representativa de uma coletividade aquilo que antes era considerado como discurso de ódio para manifestarem a existência do grupo LGBTQIA+.

Não que os referenciais não façam parte da constituição das *performances* do grupo, pois entendo que, a partir de referências de língua e gênero, xs artistas construíram as apresentações e problematizaram os padrões, como aponta Butler (2017; 2018). Mas o que torna tal movimento relevante e importante é justamente evidenciar a fragilidade dos padrões e essencialismos, linguísticos e de normatização de gênero, que fazem parte da nossa sociedade.

Entendo, também, que, ao estabelecer representatividade e se autodeterminar, por meio de suas *performances*, o grupo acaba estabelecendo fronteiras que automaticamente excluem outras possibilidades. A representatividade total nunca será possível, mas isso não significa que as manifestações de grupos minoritários não são legítimas e necessárias. Para além de representatividade, *performances* como essas devem servir de encorajamento para que novos grupos, que também são excluídos socialmente, sintam-se instigados o suficiente para manifestarem-se publicamente e problematizarem outras formas de exclusão.

Por fim, destaco que novas paisagens significativas, como as construídas pelo grupo Não Recomendadxs, possibilitam diálogos e o desmonte da delimitação de fronteiras, em que novas

formas e organizações sociais são viabilizadas e evidenciam o caráter político que envolve a formação das línguas e dos indivíduos. Tal movimento faz parte da constituição de qualquer democracia e corrobora para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que não busca a utopia da igualdade, mas sim uma interdependência entre os grupos que seja possível de ser vivida (BUTLER, 2018).

Referências

ANZALDÚA, G. **Borderlands/ La Frontera**. 2. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 1999.

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

BLOMMAERT, J. VERSCHUEREN, J. El papel de la lengua em las ideologias nacionalistas europeas. *In*: SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (ed.). **Ideologías lingüísticas: práctica y teoría**. Madri: Catarata, 2012, p. 245-275.

BLOMMAERT, J. Language Ideology. *In*: BROWN, K. (ed.). **Encyclopedia of Language & Linguistics**, v. 6, p. 510-522, 2006. <https://doi.org/10.1016/B0-08-044854-2/03029-7>

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinação conceituais. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 441-474, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430441>

BRIGGS, C. L. '¡Eres um mentiroso, igual que uma mujer!' contruyendo ideologias lingüísticas dominantes em los chismes de los hombres warao. *In*: SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (ed.). **Ideologías lingüísticas: práctica y teoría**. Madri: Catarata, 2012. p. 297-331.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMERON, D. Gender and Language Ideologies. *In*: EHRLICH, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (ed.). **The Handbook of Language, Gender, and Sexuality**. Malden: Wiley-Blackwell, 2014. p. 279-296.

HOOKS, B. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. Tradução de Carlianne Paiva Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 857-864, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300007>

IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. *In*: KROSKRITY, P. (ed.). **Regimes of language: ideologies, politics, and identities**. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000. p. 35-83.

KROSKRITY, P. V. Language Ideologies. *In*: DURANTI, A. (ed.). **A companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 496-517. <https://doi.org/10.1002/9780470996522.ch22>

KULICK, D. Ira, género, substitución lingüística y las políticas de la revelación em un Pueblo de Papúa Nueva Gunea. *In*: SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (ed.). **Ideologías lingüísticas: práctica y teoría**. Madri: Catarata, 2012. p. 118-138.

LOPES, L. P.; FABRICIO, B. F. Viagem textual pelo Sul Global: ideologias lingüísticas Queer e metapragmáticas translocais. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 18, n. 3, p. 769-784, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180306-do0618>

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MILROY, J. Ideologias Lingüísticas e as consequências da padronização. Tradução de Marcos Bagno. *In*: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (org.). **Políticas da norma e conflitos lingüísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 49-87.

PINTO, J. P. Ideologias lingüísticas e a instituição de hierarquias raciais. **Revista da ABPN**, v. 10, n. especial, p. 704-720, 2018. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502007000100001>

PINTO, Joana Plaza. Da língua-objeto à práxis lingüística: desarticulações e rearticulações contra hegemônicas. **Linguagem em Foco**, v. 2, p. 69-83, 2011.

PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidade. **D.E.L.T.A.**, v. 23, n. 1, p. 1-26, 2007.

PRATT, M. L. Arts of contact zone. **Profession**, p. 33-40, 1991.

SANTOS, B. de S; CHAUI, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

WOOLARD, K. A. Introduccion. Las ideologias lingüísticas como campo de investigacion. *In*: SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (ed.). **Ideologías lingüísticas: práctica y teoría**. Madri: Catarata, 2012. p. 19-69.

Recebido em: 22.03.2021

Aprovado em: 21.07.2021